



AS INTERFACES DA FORMAÇÃO NORMAL DAS SACRAMENTINAS AO INSTITUTO SENHOR DO BONFIM DE JACOBINA: MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADE DOCENTE

Frederico Brasileiro dos Santos¹

rickfbs@hotmail.com

(SEC-BA)

Rúbia Mara de Sousa Lapa Cunha (UNEB)²

rubialapa@hotmail.com

(UNEB)

Resumo

Este trabalho pretende situar a temática de formação de identidade dos professores normalistas do Instituto Senhor do Bonfim de Jacobina, remetendo aos aspectos referentes às itinerâncias, à memória e as narrativas das normalistas sobre as suas Histórias de Vida e a percepção da escolarização dos professores na microrregião: das Sacramentinas ao Instituto Senhor do Bonfim. Nesse sentido, traço a partir de uma reflexão sobre os percursos de vida na escola e para a escola normal focalizando as possíveis formas de constituição identitária desse sujeito no âmbito singular das aprendizagens. Pretende-se, aqui, levantar alguns elementos que irão focalizar as identidades dos professores normalistas e as suas possíveis resistências mesmo que, quase silenciosa, nos momentos de reflexão e rememoração de suas práticas em uma época de repressão e, é inevitavelmente a essa tendência, mas ao mesmo tempo são necessariamente desafiadas por um contexto social e cultural que, independentemente dessa nova prescrição identitária, apela a mudanças profundas na actividade docente, no que respeita à relação pedagógica e ao (acesso ao) conhecimento. Ao observar a influência das reflexões deflagradas e as reelaborações e as ressignificações dos professores sobre seus percursos como sujeitos na Microrregião de Jacobina buscando fortalecer a imagem do sujeito formado neste espaço educacional, bem como eram constituídos os saberes e as formas de agir nas situações de sala de aprendizagens. Nesse trabalho, há uma intenção de focalizar as ideias de Candau, Pimenta, Giroux, Cortella, Saviani no intuito de mapear as itinerâncias de educadores que marcaram uma época e pessoas, sem desmerecer ou omitir a força dessa modalidade de ensino em uma época cheia de conturbações e desintegração de ideais de pessoas frente à escuta sensível como instrumento frente à formação do educador. Na tentativa de se estabelecer um recorte temporal 1930/1960 apontando as marcas do processo formativo e sua vivência no que tal espaço educacional produziu e instituiu aquele modelo de professor cujas representações e juízos de valor eram de “senhoras” de conhecimentos, consideradas hábeis educadoras “donas” de saberes educativos. Neste contexto, O referencial teórico está embasado em Maurice Halbwachs, Ecléia Bosi dentre outros. Sendo assim, a nossa pretensão em registrar as narrativas de ex-normalistas como um “falar” autorizado de suas falas contemplando as histórias de vida de maneira não linear, pois as circunstâncias e as situações em que ocorrem no dia a dia não são de forma linear.

Palavras-chave: Formação. Escola. História. Identidade. Itinerância. Memória

¹ Graduado em Letras com habilitação em Língua Inglesa, Portuguesa e Literaturas pela UNEB – CAMPUS IV, Pós-Graduado em Metodologia do Ensino de Língua Inglesa IBPEX/UNINTER. Professor da S.E.C. /BA/ DIREC16. rickfbs@hotmail.com

² Mestranda em Educação e Contemporaneidade, do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/CAMPUS IV. Membro do Grupo de pesquisa Autobiográfica e História Oral-GRAFHO. Formada em Letras. rubialapa@hotmail.com



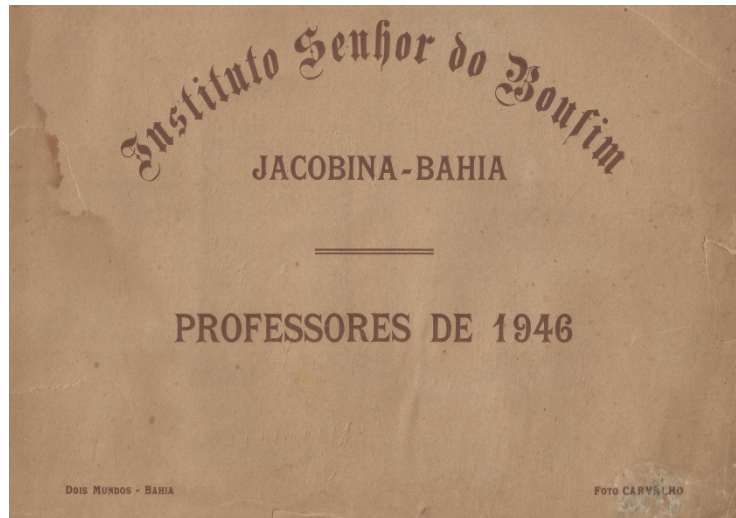


FOTO CARVALHO 1

Introdução

Pretende-se, aqui, levantar alguns elementos que irão focalizar as identidades dos professores normalistas e as suas possíveis resistências mesmo que, quase silenciosa, nos momentos de reflexão e rememoração de suas práticas em uma época de repressão e, é inevitavelmente a essa tendência, mas ao mesmo tempo são necessariamente desafiadas por um contexto social e cultural que, independentemente dessa nova prescrição identitária, apela a mudanças profundas na actividade docente, no que respeita à relação pedagógica e ao (acesso ao) conhecimento.

Por tal viés, se o conhecimento (e os saberes profissionais) são a principal fonte de reconhecimento ou de não reconhecimento das identidades profissionais (Dubar, 1995), interessa aprofundar o lugar por ele ocupado na construção da identidade além de como esses sujeitos “compreendem” a sua passagem pelas salas de aula nos espaços públicos, uma vez que as suas histórias de vida são e marcam “movimentos” de aceitação e também de negação desta formalização de saberes. Porém foi perceptível no centro de formação normal em 1954 teve que mudar o nome em detrimento do falecimento de seu fundador para Deocleciano Barbosa de Castro e teve na sua gênese no projeto de urbanização de um espaço rural com base na concepção





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

de políticas públicas, apresentando-se como ponto de referência – os ferroviários – grupo de poder local.

As mulheres brasileiras, durante os séculos XVI e XVII, padeciam de tal estado de indulgência cultural que, em certas regiões, não sabiam nem falar a língua portuguesa. Apenas nos conventos podiam receber alguma instrução. No contexto do capitalismo industrial, o ensino normal se revestiu de um caráter elitista, atendendo principalmente às mulheres burguesas, que aí encontravam a oportunidade “permitida” pela sociedade para prosseguir seus estudos e para se preparar para serem “mães e esposas” (PIMENTA; GONÇALVES, 1992). “Formar a professora significava referendá-la como dama do lar, com o sentido do ser ligado à subserviência”. Para Roger Chartier (1988, p.1617), “a história cultural [...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

Não podemos mais pensar em um professor abstrato, genérico, não podemos mais acreditar, de maneira ingênua, que a formação dos professores acontece que a formação dos professores acontece somente nos espaços destinados a esse fim. Cada vez fica mais claro que as professoras e os professores, mulheres e homens inacabados, contraditórios e multifacetados – com histórias pessoais forjadas nas relações que estabelece com o outro, a cultura, a natureza e consigo mesmos - fazem escolhas criam-se e recriam-se encontrando formas de crescer e de se exercer profissionalmente. Furlanetto, 2003, p .14

Nesse processo de Escolarização em massa da população brasileira, nas décadas de 1930 a 1950 respectivamente, implementado por Intelectuais de destaque da Política Baiana como: Isaías Alves, Anísio Teixeira e Góes Calmon, no contexto escolanovista, foi parte do Projeto de Construção de uma Nação Brasileira sobreposto ao País real, que esses agentes consideravam atrasado e ultrapassado, em contraste com os países da Europa Ocidental e o emergente e pujante Estados Unidos da América do Norte.

Em contrapartida, a educação brasileira durante o período colonial ficou restrita aos Conventos, em alguns casos a professor particular alocados em residências e/ou fixos em espaços das grandes casas dos proprietários de terras e de escravos que detinham poderes na metrópole, demarcando as imagens e molduras de uma educação pautada em valores “certos” para as moças de família na condução de garantir um casamento adequado aos modelos da época.





Objeto de Estudo

Nesse trabalho, há uma intenção de focalizar as ideias de Candau, Pimenta, Giroux, Cortella, Saviani no intuito de mapear as itinerâncias de educadores que marcaram uma época e pessoas, sem desmerecer ou omitir a força dessa modalidade de ensino em uma época cheia de conturbações e desintegração de ideais de pessoas frente à escuta sensível como instrumento frente à formação do educador.

Evidentemente, ao observar a influência das reflexões deflagradas e as reelaborações e as ressignificações dos professores sobre seus percursos como sujeitos na Microrregião de Jacobina buscando fortalecer a imagem do sujeito formado neste espaço educacional, bem como eram constituídos os saberes e as formas de agir nas situações de sala de aprendizagens.

Nesta perspectiva, iremos buscar indícios, indicativos e as nuances do processo de formação das normalistas com o intuito de perceber como eram constituídos os sujeitos e de que forma a sua Identidade era construída cuja representem um espaço marcado pelas ideias da Escola Nova e a sua ação simbólica, pois ainda hoje se faz presente na história da comunidade jacobinense há cerca de cinquenta anos.

Dessa forma, partimos do pressuposto de que, na rememoração o processo de reconstituição dos fatos são ressignificados e as exigências do contexto em que os sujeitos estão inseridos e quais as consequências de tais mudanças na formação destes indivíduos no decorrer do tempo.

Nesta situação, procuraremos verificar a constituição desse sujeito “normalista” e a construção de sua identidade frente às questões pedagógicas em um período marcado pelas ideias da escola nova que deixa marcas substanciais no processo de uma época com problemas de ordem política e social. Segundo o autor, a identidade é um lugar de lutas, de conflitos aonde se constrói maneiras diversas de ser e estar na profissão. “Por isso, é mais adequado falar em processo indenitário, realçando a mescla dinâmica que caracteriza a maneira como cada um se sente e se diz professor”. (NÓVOA, 1992, p.1)

Portanto, focalizaremos as práticas pedagógicas dos docentes da década, elencando as contribuições dos trabalhos rememorativos frente á formação docente as quais são





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

compartilhadas em grupo, tornam-se perceptíveis as expressões discursivas dos normalistas frente às questões educativas e as primeiras tentativas de um fazer pedagógico marcado nos textos, nos currículos da época vem pontuar o impacto sofrido pela permuta de nome da instituição de Instituto Senhor do Bonfim a Ginásio Deocleciano Barbosa que vem exercer influência nas ideias do normalista.

Referencial Teórico- Metodológico

No mundo globalizado, onde o contexto de aprendizagem se manifesta de formas variadas em que vivemos está a provocar mudanças profundas nas vivências profissionais e na profissionalidade dos/as professores/as, ligadas com a organização do trabalho docente, mas também com os seus objetivos (formação e acesso ao saber), com implicações no trabalho pedagógico e nos conteúdos a partilhar com seus pares nos espaços instituídos e também em ambiente autorizado do tipo Institutos de formação.

Na compreensão de Nóvoa (1999, p. 16), a formação de professoras em escolas normais portuguesas contribuiu para a criação da natureza do saber pedagógico que, como percebemos, sempre esteve atrelado a relações “[...] externas ao mundo dos professores [...]”. Dessa feita, a formação docente necessita ser compreendida com base na dinâmica contextual na qual historicamente se vê envolvida, considerando também os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais que são constitutivos da profissão professor.

Neste contexto, surgiu a Escola Normalista Instituto Senhor do Bonfim que fora concebida para ser a nova sede da Escola Normal que funcionava antes na cidade de Senhor do Bonfim, nesta configuração tornou-se um estabelecimento de ensino secundário, em um momento de grandes adversidades no circuito Educacional na Bahia, as primeiras aparições e “movimentos” em busca de uma escola de formação para professores a começar pelo interior de origem de seu precursor de Caetité até a cidade de Jacobina. Portanto, no dia 14 de Março de 1936 passou a funcionar o Instituto no prédio cedido a rua e abrigava na sua gênese de sua história o cruzamento das mudanças políticas decorrentes do movimento que o instituiu e autorizou a encampação do Instituto para as cidades circunvizinhas.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Assim, ser professora era uma maneira aceitável de sobrevivência, que esvaziava a conotação negativa do trabalho remunerado feminino, sob a máscara da nobreza da vocação e do papel missionário da função. Segundo Demartini e Antunes (1993, p.8) essa “era a única profissão respeitável e única forma institucional de emprego para as mulheres de classe média até o final da década de 30”. Mas também era uma profissão de alto prestígio social para a mulher numa sociedade com baixos índices de escolarização, além de lhe permitir dignidade no seu modo de vida, como afirma Maria Valéria Pena (1981). Conseqüentemente, o processo de feminização do magistério veio acompanhado de desigualdades, tais como a ascensão na carreira que beneficiava mais aos homens que às mulheres e maior dificuldade de acesso aos estudos posteriores.

Bicudo (2003) instiga o olhar para proposição de uma análise conceitual empreendida sobre a formação dos docentes apontando as asperezas – ideologias, objetivo, entre outros - dos modelos educacionais a partir de um duplo viés que diz respeito à forma/ação. Essa compreensão é importante, pois faz nos repensar como em sua construção histórica e concepção do termo formação e a própria figura da normalista sempre carregou, e ainda carrega, em si, em cada momento, em múltiplos sentidos, os quais foram e são corporificados nas *práxis* educacionais vividas com uma gama de significados que ainda traz a simbologia de “ordens”.

Convém afirmar que, essa representação do papel social da Normalista, como mulher, nesse processo de desvelamento do processo identitário, na tentativa de encontrar as experiências relativas ao “ser mulher” e ser normalista, especificamente na microrregião de Jacobina, sertão da Bahia ou na possibilidade de ser dona de casa ou para o ambiente escolar no desenvolvimento de um “ato” de ensinar na condição de transmissor pelas vias da memorização.

Existia, ainda, a determinação para que os conteúdos ministrados nas escolas de meninas deveriam, além dos regulares do primeiro grau, abarcar aulas de ortografia, prosódia, noções gerais de deveres morais, religiosos e domésticos na simples idéia de abarcar uma totalidade sem garantias expressas só pela questão quantitativa.

Uma estratégia para a diferenciação salarial era a vinculação do salário às disciplinas ensinadas. Os homens deveriam ensinar leitura, escrita, aritmética, geometria, princípios da moral cristã, leitura da Constituição e História do Brasil. Já as mulheres, lecionariam prendas que





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

servissem à economia doméstica, apenas as quatro operações fundamentais, excluindo a geometria, que era uma das mais valorizadas.

Como somente aos homens era permitido ensinar tal conteúdo, o salário recebido por eles acabava sendo maior que o das mulheres. A questão salarial do magistério estava ainda vinculada ao papel social do trabalho feminino e, conseqüentemente, à visão de complementaridade do salário da mulher na família. Exemplo disso é a proposta apresentada em 1914, pelo diretor da Escola Normal de São Paulo, o Prof. Oscar Thompson, ao sugerir o estabelecimento de novos critérios para o escalonamento salarial das/os professoras/es, conforme os seguintes aspectos: “1. a localização da escola; 2. a categoria da escola; 3. a série em que o professor lecionava; 4. o sexo do professor” (DEMARTINI e ANTUNES, 1993, p. 7). A fim de justificar a inclusão deste último item, o Prof. Thompson afirmava as diferentes responsabilidades de professor e de professora: É sabido que o professor tem maiores responsabilidades civis que a professora. O professor é sempre o chefe da família. Pesam exclusivamente sobre seus ombros as obrigações do lar. A professora é em regra casada e com o esposo divide o peso dos encargos de família. Raras vezes a professora é, entre nós, a responsável pelas despesas domésticas. Não é justo, pois, que ambos, em posições diversas, percebam os mesmos vencimentos. Não pretendemos com isto a discriminação dos honorários das professoras, mas desejamos que se algum aumento for possível ele seja em benefício dos professores. (DEMARTINI e ANTUNES, 1993, p. 7).

Essa concepção do salário da mulher como complementar ao do homem, e que o trabalho realizado pelas mulheres é visto como menos importante socialmente, contribui para a percepção do magistério, infantil e primário, como inerente à “natureza” feminina, pois a obrigação de garantir os espaços de reprodução da espécie humana cabe somente às mulheres, e esse trabalho deve ser realizado de forma gratuita, com carinho e dedicação, não sendo visto, portanto, como uma tarefa social e de responsabilidade de homens e mulheres. Sendo à natureza feminina, não é um trabalho qualificado.

Nesse território ou campo de formação da normalista, há um espaço privilegiado para a construção de uma identidade docente atrelada à professora protagonista de inúmeras histórias que vivenciamos na infância de cada sujeito que referendada na visão de que a escola é uma instituição de ensino que guarda valores e ideias educacionais (BUFFA, 2002) e nela existem





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

elementos que justifiquem o recorte temporal, esta apresentação delimita-se aos anos de 1934-1935, período em que os esses materiais foram apresentados pelas Normalistas, ao final do Curso Normal na Instituição.

Além disso, a Formação de Professores é algo que não se encontra insular a esse processo, pois o professor é um profissional que desempenha um importante papel na sociedade que é o de levar à frente o projeto educacional pensado pelas ideologias macrossociais engendradas nos planos e projetos coletivos hegemônicos. Contudo, há que se considerar que no plano das ações, os docentes coadunam também o outro lado do poder, caracterizado pela autonomia do seu desenvolvimento profissional. Ao passo em que em outros estudos realizados no mesmo período identificaram a presença de um discurso ideológico do caráter vocacional do magistério, que buscava encobrir as concretas condições das relações de trabalho das professoras, esvaziar o seu conteúdo profissional, limitar sua capacidade de reivindicações salariais e educacionais, estabelecendo a pedagogia do possível, entre eles o de Eliane Marta Lopes (1991a).

De acordo com o pensamento de Léa Paixão (1992) que demonstrou que a presença e a permanência das mulheres no magistério estavam associadas a uma multiplicidade de fatores tais como, a possibilidade de romperem com padrões femininos dentro dos limites sociais estabelecidos, exercendo um trabalho de importância social e tendo independência financeira. Para Nilma Lino Gomes (1994) o magistério possibilitava o acesso a um espaço social de detenção/transmissão do conhecimento, no qual as mulheres, em especial as negras, vêm ocupando uma profissão de domínio do saber, papel negado durante anos à sua raça. Nesta situação, percebe-se que, na constituição desse sujeito “normalista” e a construção de sua identidade frente às questões pedagógicas em um período marcado pelas ideias da escola nova que deixa marcas substanciais no processo de uma época com problemas de ordem política e social.

Ao conceber o significado do trabalho do professor, Pimenta (2002, p. 80) contribui com uma importante reflexão da qual a educação é descrita como ato que tem por objetivo humanizar os indivíduos. Sendo assim, como prática social ela ocorre em todas as instituições e “[...] como prática social sistêmica e intencional, acontece em algumas, dentre as quais se destaca a escola [...]”.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A respeito do envolvimento escolar na produção da profissão docente Nóvoa (1999, p.18) assevera que: As instituições de formação ocupam um lugar central na produção e reprodução do corpo de saberes e do sistema de normas da profissão docente, desempenhando um papel crucial na elaboração dos conhecimentos pedagógicos e de uma ideologia comum. Mais do que formar professores (a título individual), as escolas normais produzem a profissão docente (a nível coletivo), contribuindo para a socialização dos seus membros e para gênese de uma cultura profissional.

Ao longo do século XIX consolida-se uma imagem do professor, que cruza as referências ao magistério docente, ao apostolado e ao sacerdócio com humildade e obediência devidas aos funcionários públicos, tudo isto envolto numa auréola algo mística de valorização das qualidades de relação e de compreensão da pessoa humana (NÓVOA, 1995, p. 16).

Em cenário nacional, ao evidenciar o papel das escolas normais no desenvolvimento profissional de professores, Brzezinski (1996, p. 19) ressalta que “[...] a escola normal foi, por quase um século, locus formal e obrigatório como escola de formação de professores para atuar na escola fundamental, na escola complementar e na própria escola normal”. Conforme este ângulo de análise, Nóvoa (1995, p. 16) ao referir-se sobre a realidade portuguesa, também destaca o papel trilhado pelas escolas normais na escolarização dos docentes:

[...] a formação de professores passou a ocupar um lugar de primeiro plano desde meados do século XIX e o ensino normal constitui um dos lugares privilegiados de configuração da profissão docente. Em torno da produção de um saber socialmente legitimado, relativo às questões do ensino e da delimitação de um poder regulador sobre o professorado, afrontam-se visões distintas da profissão docente nas décadas de viragem do século XIX para o século XX.

Nesse contexto, Furlanetto (2003), denomina de subsolos de docência, isto é do real entendimento de como as identidades são constituídas e construídas nos percursos de suas itinerâncias em tempos e espaços de formação conjugando os elementos em dimensões pessoais e coletivas.

Nietzsche (in NEUKAMP, 2007) pensou em sua época a educação moderna como nefasta ppressupor métodos antinaturais de ensino com a redução da cultura através da ampliação da especialização. Pensava essa tendência como uma visão utilitária da cultura dominada por





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

critérios quantitativos de especializar o maior número possível de pessoas para o mercado de trabalho.

Todavia, o professor que atuou sob a corrente de Formação da Escola Nova a partir das incursões de Anísio Teixeira no mundo educacional veio favorecer o surgimento de um espaço específico no qual representa o papel da Escola Nova na formação do professor e com características peculiares às moças de famílias que, mesmo de conduta e valores apreciados, ainda manifestavam rebeldia mesmo nos espaços religiosos ou nas suas breves aparições em lugares públicos temos na literatura uma rápida informação no livro “As Normalistas de Adolpho Caminha” que coloca inicialmente a figura da normalista como um ser puro que é corrompido a partir das investidas do padrasto em torná-la mulher.

Ainda fazendo parte dessa realidade, Contreras (2002) discute uma das ideias vivenciadas pela comunidade educacional que é a falta de autonomia do professor profissional. O professor deve superar as limitações e as posições precedentes que são reveladas e demarcam toda a progressiva da educação. O professor deve adquirir certas “capacidades” para trabalhar com eficiência e qualidade no campo educacional

Segundo Contreras há três dimensões de profissionalidade de professores; o especialista técnico que considera sua autonomia como status ou atributo tem dependência técnica, insensibilidade para os dilemas, incapacidade de resposta criativa diante da incerteza.

Pode-se considerar o perfil profissional das normalistas enquanto um profissional reflexivo aquele que tem responsabilidade moral individual, equilíbrio, capacidade para resolver criativamente as situações-problema porque na época as escolas eram consideradas “isoladas” tanto no referente ao espaço como no que diz respeito ao “poder” de decisão do professor, pois o intelectual crítico tem a autonomia como emancipação, liberação profissional e social das opressões, consciência crítica dirigida à transformação das condições institucionais e sociais do ensino.

Desses modelos de professores profissionais deve ficar claro que Contreras não leva a descrição, ou seja, não subordina a ideologia do profissionalismo, mas defende algumas qualidades necessárias ao ato de ensinar, “ao passo que elege o professor intelectual crítico como





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

o melhor modelo” que a educação precisa para concretizar um ensino de qualidade fomentado pela autonomia docente e profissionalismo.

Ao passo que, tal corrente de Formação da Escola Nova, a partir das incursões de Anísio Teixeira no mundo educacional veio favorecer o surgimento de um espaço específico e com características peculiares às moças de famílias que, mesmo de conduta e valores apreciados, ainda manifestavam rebeldia mesmo nos espaços de religioso ou nas suas breves aparições em lugares públicos.

Pretende-se aqui levantar alguns indícios que irão focalizar as identidades dos professores normalistas e as suas possíveis resistências mesmo que, quase silenciosa, nos momentos de reflexão e rememoração de suas práticas em uma época de repressão e, é inevitavelmente a essa tendência, mas ao mesmo tempo são necessariamente desafiadas por um contexto social e cultural que, independentemente dessa nova prescrição identitária, apela a mudanças profundas na actividade docente, no que respeita à relação pedagógica e ao (acesso ao) saberes projectados.

Ao tentar fazer analogias a respeito do e como o conhecimento (e os saberes profissionais) se tornam essenciais e ou são a principal fonte de reconhecimento ou de não reconhecimento das identidades profissionais (Dubar, 1995), interessa aprofundar o lugar por ele ocupado na construção da identidade além de como esses sujeitos “compreendem” a sua passagem pelas salas de aula nos espaços públicos, uma vez que as suas histórias de vida são e marcam “movimentos” de aceitação e também de negação desta formalização de saberes.

Ao passo que, ao considerar o movimento da formação e seu processo em si, vimos que, a concepção das histórias de vidas e a própria constituição de sua identidade docente vão corroborar para que seus caminhos e itinerâncias sejam ressignificados a partir do local de onde se fala e como esse sujeito se localiza nesse processo de alocação de identidade. Ao tentar fazer uma conexão e compreender através das falas de algumas ex-normalistas percebemos que, mesmo de forma restrita há indicativos de visão de que a educação no país sofreu modificações, mas que chegaram de forma sorateira nos espaços e que os sujeitos não se incomodam muito pela não-aprendizagem. Segundo Pimenta (2005 p.19), ao relatar sobre a identidade profissional afirma que:





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

[...] constrói-se também pelo significado que cada professor enquanto autor e ator confere á atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, se seu modo de se situar no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e de seus anseios, do sentido que tem em sua vida ser professor [.....]

Por outro aspecto, a atividade do professor é cada vez mais questionada frente tais mudanças que acabam por exigir desse profissional, outros conhecimentos para desempenhar sua função em uma sociedade cada vez mais globalizada, que projetam determinados tipos de aspirações e características como condição da melhoria da qualidade da educação que está longe de ser “alcançada” se trilhar e encaminhar com essas proposições de Caixinha pronta de conhecimentos no intuito de “moldar” sujeitos para viverem em comunidade.

Em outro momento, deparo-me com a visão de Nóvoa (2000), ser professor é um misto de vontades, acasos e rotinas de comportamentos que eram conduzidos de forma prazerosa e tão desprazerosas em outros momentos para a categoria de ser professor esses são indícios da constituição e construção de um docente ou professor em formação.

Entende-se que, os fios entrelaçados tentam estabelecer uma ligação de duas dimensões: narrar, lembrar e ressignificar os fatos vividos para uma projeção que estava nos “moldes” e “modelos” previstos na época da repressão principalmente para as mulheres trabalhadoras.

Entretanto, o uso das narrativas autobiográficas na pesquisa em Educação se constitui em estratégia metodológica cada vez mais comum por permitir compreender o espaço escolar pelo olhar dos sujeitos que o vivenciaram tais circunstâncias nas condições imposta pela sociedade.

Diante de tais situações e entrelaçamentos e da “movimentação” desses profissionais para demarcar a sua autonomia e identidade docente de maneira muito peculiar vai adentrando o sertão da Bahia para consagrar a vida de uns e “agradar” a vivência de outros.

Enquanto Buffa (2002), afirma-nos que a escola é uma instituição que “guarda” valores e ideias educacionais, assim pretendemos desvelar a construção da identidade do docente e a funcionalidade de seus saberes no Instituto e a validade dos mesmos nas circunstâncias de vida em que seus conhecimentos se projetavam na própria movimentação dessas normalistas em suas respectivas “cadeiras” nos espaços considerados rurais, pois esse era um determinante na primeira designação.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Ao repensar a formação docente, Pimenta (2005) vem de forma pretensiosa falar da não mutabilidade da identidade e nos apresenta o poder que a sociedade exerce sobre o sujeito em um contexto, pois as demandas sociais irão por evidência a sua funcionalidade e validade.

No contexto de época autoritário do Estado Novo, quando nos reportarmos a década de 1940, observa-se fortemente presente o discurso cívico-militar, propagando a ideia de ordem e disciplina e as imagens religiosas. Entretanto, ideias que se expressam no trecho abaixo, por ocasião do lançamento da revista, em artigo intitulado “Palavras de Apresentação e de Fé”: Uma chama sagrada nos acende o peito, neste momento de efervescência nacional. “Numa época em que todos se organizam em que todos ocupam na sociedade o posto devido nessa cruzada em prol do progresso do país, a mocidade do Instituto Normal não pode ficar inerte, sem tomar parte neste concerto patriótico.”

Nesta situação, procuraremos verificar a constituição desse sujeito “normalista” e a construção de sua identidade frente às questões pedagógicas em um período marcado pelas ideias da escola nova que deixa marcas substanciais no processo de uma época com problemas de ordem política e social.

Assumir como possível para a compreensão da construção de uma realidade social por meio das representações implica em romper com o “conceito de sujeito universal e abstrato” 26 (CHARTIER, 1988, p. 25). Por isso, procuramos apreender a construção desses sujeitos, formando um grupo cultural específico, que iria lecionar nos grupos escolares definidos pela legislação escolar, ou seja, como um grupo produzido no interior das relações sociais, mediadas também pela escola.

Nesta perspectiva, ao introduzir a história de vida de professores como possibilidade de constituição e construção do trabalho docente a partir de seus saberes vamos nos ancorar nas ideias de Pimenta (2005) que vem refutar toda e qualquer iniciativa que impeça a voz e atitudes desse docente que ao entender o seu processo e condição da flexibilidade na contemporaneidade vai nos demonstrar uma possível ressignificação de suas memórias contidas nos depoimentos ou nas narrativas de si presentes em seus escritos memoriais.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Em contrapartida, pretende-se elencar as categorias de formação e de (de)formação dos sujeitos normalistas no campo da Formação de Professores, que é ainda ferramenta para a reflexão sobre a prática, formação e as experiências docentes.

Seguindo essas premissas, torna-se necessário entender quais arcabouços e conceitos teóricos, as memórias, extraídas de narrativas, têm sido analisadas e de que forma as professoras normalistas se constituíram enquanto docente e suas possíveis singularidades nesses percursos pedagógicos. Grande parte dos estudos que versam sobre as escolas normais geralmente destaca uma formação desprovida de embasamento político, ressaltando a supervalorização das dimensões técnicas do ensino. Neste momento, uma reflexão que não merece ser silenciada sobre o papel formativo, consiste em reconhecê-las como um dos primeiros espaços de abertura à escolarização e profissionalização feminina.

Ainda que na contramão da história, por mais que a abertura à escolarização das mulheres inicialmente não tenha se constituído na fomentação de uma conscientização política, não podemos desconsiderar o caráter autônomo que envolve a profissão docente.

Portanto, a encampação pelo Estado do Instituto veio fortalecer as iniciativas desses comerciantes em “garantir estudos para as moças de família da comunidade, pois aquelas que não tinham pais abonados ou eram de famílias tradicionais eram impedidas de estudar”. Conquanto, outros privilégios ou artifícios eram criados para garantir um acesso pela via da religiosidade em contextos de “indicação” por autoridades como: párocos, comerciantes e políticos.

Visto que, o surgimento e a congregação de ideais de pessoas e de comerciantes em uma praça cujo nome nos remete ao grande Poeta Castro Alves localizada junto à balaustrada do Rio do Ouro, no dia 14 de Março de 1938, vai formalizar o cenário das normalistas, pois finalmente o colégio passa a ser concretizado. Contudo, idealistas, querendo criar, fazer crescer e prosperar a nossa cidade, que vale a pena citá-los: Nemésio Lima, Amarílio Benjamim, os Fernando Alves e Pugliesi, dentre outros, em conversa “de ponte”, diziam da necessidade da criação ou instalação de uma Escola Normal rural que viesse trazer para Jacobina, maiores conhecimentos à mocidade, pois muitos dos filhos de pessoas “abastadas” já saíam de sua cidade para adentrar o mundo do conhecimento que tinha na Europa o seu modelo de “perfeição” para uma época marcada pela simbologia de controle dos seres.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Ao rememorar suas vidas e vivências de base experiencial, as normalistas do sertão rural baiano tinham também ideais que não eram diferentes das da capital porque apresentavam um perfil singular e na “rebeldia” peculiar de moças de famílias já direcionavam seu olhar para o mundo fora da escola como uma das estrofes da música sinaliza “minha normalista linda não pode casar ainda só depois de se “formar”... Nesta estrofe a sexualidade e a própria significação do termo formar vem estabelecer a ideia de um inacabado que por muito tempo perdurou na sociedade como se na escola fosse garantida a formação integral desse sujeito, dessa forma, partimos do pressuposto de que, na rememoração o processo de reconstituição dos fatos são ressignificados e as exigências do contexto em que os sujeitos estão inseridos e ou quais as consequências de tais mudanças na formação destes indivíduos no decurso do tempo.

Ao propor, inicialmente, um diálogo entre Arfuch (2004), e Nóvoa (2000), no intuito de colocar em relevo a abordagem Identitária do sujeito e sua condição na e de formação docente no que diz respeito ao que podem oferecer, pois são os elementos essenciais para a compreensão dos dilemas do território e dos contextos de aprendizagens nos espaços da escola normal desde o ambiente da Sacramentinas até o C.E.D.B.C.. Desafios impostos pela sociedade atual assinalam para as pesquisas em educação e as outras matrizes teórico-metodológicas, reconfigurando o palco produtivo no que tange a formação docente. É desse lugar que visualizo trabalhos que se aproximam dos elementos considerados por muito tempo e, ainda hoje, pela tradição científica como *marginais*, dentre as quais cito pesquisas como as de Nóvoa (2000), Josso (2004) e Souza (2006) que focam as histórias de vida e formação dos sujeitos.

Finalmente em 1939, fora instalado no prédio localizado à Rua do Convento das Irmãs e as primeiras normalistas do Instituto Senhor do Bonfim, oriundas do Educandário Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento, colégio até aquele momento responsável pela formação de professoras que, tinham na projeção da imagem nas praças e avenidas com as marcas de uniforme azul e branco com saias pinçadas e bem-passadas para fazer a diferença no trajeto e puderam atravessar a cidade do ouro com distinção marcada pela simbologia e metáfora de seus trajes eram nossas “pepitas” que representavam a riqueza de saberes em um local autorizado.

Nesse sentido, as escolas normais:





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

[...] constituíam um espaço de formação socialmente aceito, responsável pela profissionalização de um grande número de mulheres. A possibilidade de exercer uma profissão socialmente permitida garantia às mulheres a oportunidade de transcender o âmbito doméstico na busca da realização e independência social e econômica (FREITAS, 2003, p. 37).

A reflexão de Freitas evidencia a imagem social atribuída ao magistério, principalmente das séries iniciais e 1ª a 4ª série como espaço de atuação feminina, caracterizando-se como um dos primeiros espaços de atividade profissional, mesmo que carregada posteriormente de pré-conceitos e desvalorizações relacionadas a classes e categorias profissionais.

Desta forma, é interessante cintilar como a docência é um dos primeiros locais em que as mulheres tiveram a oportunidade, ainda que de forma sutil, de transpor os espaços fundamentalmente domésticos, e se inserirem na dinâmica social.

Também é possível que, na abertura do ensino nas escolas normais destinadas às mulheres se deu a partir da “necessidade” portuguesa de não confinar as filhas e mulheres no espaço familiar. É neste contexto histórico que essas instituições passaram também a admitir mulheres, porém mesmo assim, não se misturariam aos homens. Em palco brasileiro, essa situação não foi tão diferente, visto que as primeiras escolas normais atenderiam rigorosamente ou apenas mulheres ou somente homens, fato este que persistirá durante muito tempo.

Na análise de Oliveira (2003), a entrada da mulher no magistério brasileiro criou no imaginário social masculino uma perspectiva de desqualificação profissional. Isto fez com que os homens, de certa forma, se afastassem do exercício da docência, principalmente na educação infantil e nas séries iniciais, evidenciando-se a partir daí o desprestígio no magistério, com pagamento de baixos salários.

Em âmbito nacional, Freitas (2003) menciona que o estado do Bahia se insere no cenário educacional como o segundo Estado brasileiro a criar uma escola normal, em 1836.

É possível dizer que o Instituto Senhor do Bonfim se instalou em Jacobina em um momento histórico em que a cidade vivia o início da sua criação e encontrava-se em uma época marcada pelas descobertas de minas de ouro nas serras que revestem a região da chapada diamantina, coincidindo com o desenvolvimento econômico e político da microrregião.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Nesse ínterim é implementado o projeto de criação da escola normal rural da cidade para atender a educação de seus munícipes e torna-se real os ideais de um jovem intelectual baiano de uma cidade do interior que tenta sacudir o espaço pedagógico e trazer á tona tudo aquilo que aprendeu e suas próprias desconstruções de ambientes religiosos e de suas caminhas na Europa.

Inicialmente, tal processo de formação era garantido apenas aos homens. É somente depois de algum tempo que as mulheres passam a ser aceitas. Segundo a historiografia oficial, é a partir de 1871 que os homens passaram a usufruir do mesmo espaço (prédio e não salas) que as mulheres, pois, no que diz respeito ao ensino normal no Pará a instrução destinada às professoras acontecia em prédio diferenciado. As aulas destinadas aos alunos realizavam-se na casa dos Padres (localizada na Rua do Convento), enquanto que para as alunas se realizavam no Colégio Nossa Senhora Santíssimo Sacramento. (SOUZA, 1972).

Nessa direção, Nóvoa (1995, p. 16) vislumbra uma dupla dimensão constituinte na formação de professores (as) normalistas, pois: As escolas normais são instituições criadas pelo Estado para controlar um corpo profissional que conquista uma importância acrescida nos quadros de projetos de escolarização de massas; mas são também espaço de afirmação profissional, de onde emerge um espírito de corpo solidário. As escolas normais legitimam um saber produzido no exterior da profissão docente que veicula uma concepção de professores centrada na difusão e na transmissão de conhecimentos; mas são também lugar de reflexão sobre as práticas. O que permite vislumbrar uma perspectiva dos professores como profissionais produtores de saber e de saber-fazer.

Tomando por princípio as trajetórias formativas de professores(as) podem nos auxiliar na compreensão dos elementos históricos, sociais, culturais e pedagógicos em que a formação inicial e a escola normal estavam alicerçadas, favorecendo a compreensão dos componentes identitários enfatizados na formação das professoras pesquisadas. E é por isso que não podemos suprimir da história da escolarização/formação de professores as contribuições e os saberes oriundos das escolas normais.

É importante ainda destacar uma questão que gostaríamos de iluminar é que não refutamos o papel desenvolvido pelas escolas normais na trajetória histórica da formação inicial docente, pois isto implicaria numa ingenuidade. Uma vez que desmereceríamos toda a construção teórica e





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

metodológica que tal instituição corroborou para escolarização dos professores, ainda que, conforme vários autores são pontuais em defender, as escolas normais tenham contribuído para a construção de um saber técnico, centrado na aquisição de conteúdos, enfatizando a postura distintiva sobre o ser professor e, demarcando a sua condição em responsabilizar-se pela aprendizagem do outro.

Sendo assim, o movimento de rememorar os caminhos percorridos na busca de perceber os estilhaços lançados à profissão docente a partir da criação das escolas normais, é interessante, pois, permite-nos analisar a gênese dos processos históricos, os impasses e os avanços na constituição da identidade docente, de rupturas e de desvalorizações.

Diante esse quadro, o surgimento das professoras normalistas na microrregião veio oportunizar e favorecer o ingresso de jovens que desejavam “aumentar” a instrução e “formar” boas mães, porém com todas as limitações, desempenhou papel relevante na participação cultural das mulheres, portanto foi a escola normal/magistério um prolongamento das ocupações femininas de base legalizada.

Na tentativa de se estabelecer um recorte temporal 1930/1960 apontando as marcas do processo formativo e sua vivência no que tal espaço educacional produziu e instituiu aquele modelo de professor cujas representações e juízos de valor eram de “senhoras” de conhecimentos, consideradas hábeis educadoras “donas” de saberes que eram virtudes específicas de quem vivia e convivia nos espaços educativos.

No âmbito desse movimento singular de diversas aprendizagens, acredita-se que assim, ao observar a influência das reflexões deflagradas, as reelaborações das narrativas de professores sobre seus percursos como sujeitos e o fortalecimento das imagens do sujeito formado, bem como, eram constituídos os saberes davam garantias de que esse sujeito cumpria a sua tarefa de ensinar e na disseminação do conhecimento.

Conclusão

Ao considerarmos que essa análise das forças que se afrontam na formação da escolha e da memória das normalistas que pretendo investigar está direcionada às Histórias de vida que serão





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

abordadas nas narrativas das ex-normalistas do Instituto Senhor do Bonfim a partir do recorte temporal 40/50 com relação à sua escolha profissional, as memórias e ao seu processo formativo focalizando as práticas instituídas e a identidade desse sujeito formado no espaço da escola normal rural.

Acredita-se na força da influência familiar que é o centro das motivações e nos motivos com os quais se fizeram presentes e com que as normalistas fossem ou adentrassem a Escola Normal uma vez que alguns aspectos como :profissionalização, possibilidade de sobrevivência e a qualidade de ensino oferecida são questões reelaboradas para o reestabelecimento da Convivência familiar.

Nessa investigação a memória será utilizada como forma de ressignificar as ações do presente com vistas ao passado, na busca de compreender o sentido da formação identitária do sujeito frente as histórias de vida e juízo de valor sobre a identidade das normalistas na instituição, a profissão docente e a relevância dessas práticas pedagógicas que ficam vinculadas á sua vida.

No mês de fevereiro de ano 1936, período que registra a inserção de professoras normalistas no espaço educativo, ou seja, a matrícula na escola primária e havia nessa ocasião uma Escola Estadual com algumas professoras regentes: Alice Barros de Figueiredo, Deraldina Ferreira da Silva Teixeira, Maria de Lourdes Mutti Almeida Grassi, Judith Lima e Ismênia Dantas, funcionando em regime de classes reunidas no grande salão da residência da professora Alice, hoje, residência da Sra. Eunice Mesquita Maia. Como aluna do 4º ano primário se registra o nome da Professora Normalista Alcira Pereira que foi matriculada com a professora Deraldina Ferreira da Silva e diante de sua curiosidade que tudo pretendia saber, assim “Perguntava então às minhas professoras: sendo elas as primeiras regentes formadas, quem havia ensinado antes? E nas frases que foram compiladas pela professora Alcira Silva fazendo referências ao discurso e das palavras do velho Matatias Emerentino de Castro, cidadão o qual teve como professor o Sr. Manoel Pereira de Lima, que veio da capital para ensinar, à Rua dos Ourives.

No mês de fevereiro de ano 1936, período que registra a inserção da professora, ou seja, a matrícula na escola primária. Havia nessa ocasião uma escola estadual com algumas professoras regentes: Alice Barros de Figueiredo, Deraldina Ferreira da Silva Teixeira, Maria de Lourdes Mutti





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Almeida Grassi, Judith Lima e Ismênia Dantas, funcionando em regime de classes reunidas no grande salão da residência da professora Alice, hoje, residência da Sra. Eunice Mesquita Maia. Como aluna do 4º ano primário, fui matriculada com a professora Deraldina. Ferreira da Silva e diante de sua curiosidade que tudo pretendia saber, assim “Perguntava então às minhas professoras: sendo elas as primeiras regentes formadas, quem havia ensinado antes”? E vieram as explicações na voz do aluno do professor Matatias.

Logo, cogitou-se o problema da Instrução Pública com as consequências e a dificuldade de encontrar mestres abalizados, o governo brasileiro acolheu com entusiasmo o método lancasteriano ou de ensino-mútuo. Lancaster havia declarado ao rei da Inglaterra que sozinho poderia ministrar o ensino a 500 alunos. Os exercícios nessas escolas eram cadenciados, cada aluno, menos ignorante do que o outro comandava a um grupo de dez (decúria) e lhes ministrava toda sua ciência. (Peeters; Cooman, 1936).

Na Escola, ocorria a presença de ações discriminatórias que eram reforçadas pela escola na figura do professor e a separação de “cores”, os brancos de um lado e os moreninhos e pretos de outro (!). Além de falhas no sistema avaliativo que perduraram por muito tempo como o velho Matatias, que obtendo no fim do ano o primeiro lugar “por saber”, o mesmo lhe foi negado por motivo de cor, sendo o seu colega branco, agraciado, ou seja, premiado e recebendo todas as vantagens e as promoções que foram negadas ao estudante negro.

A escola funcionava das 08 as 12 e das 13 às 16 horas, já funcionava em horário integral e fazia uso de certos instrumentos como: o uso da palmatória- justificava-se: era o ensino à base de “a letra com sangue entra!”. Era a maneira de ensinar a aprender batendo nas mãos ou como se dizia, dando “bolo” em quem não respondia certo, até sangrar as mãos; porque não só existiam alunos inteligentes ou estudiosos, mas também outros “rudes” ou desprovidos de inteligência. Correspondia à aplicação do chicote ou férula pelos romanos. Na escola o regime disciplinar fazia analogia ao militarismo e as artimanhas dos docentes no que tange ao modelar comportamentos.

Há um enfoque nas escolas destinado às meninas que, em sua época funcionavam as escolas para meninas, das professoras Maria Umbelina e sua prima Rosa Alves de Araújo, Berta Brasília Torres de Castro, Maria Lavina Correia de Vasconcelos de Messias Moreira. Cada família tinha uma professora para suas filhas...





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

De acordo com Souza (2000), torna-se necessário também tentar compreender a maneira com que professores e alunos reconstruíram sua experiência, como construíam relações, estratégias, significações por meio das quais construíram a si próprios como sujeitos históricos...

“Das Sacramentinas só tenho palavras de louvor e agradecimento por minha formação cultural e espiritual, já alicerçada por minha família, tradicionalmente religiosa”. Aprendi muito com aquelas Irmãs... apesar de aluna interna, fiz grandes amizades naquela cidade, destacando-se as famílias Sena Gomes, de Ceciliano Carvalho e de Oclenídia Oliveira.

Consta em registro, num livro do arquivo das Escolas Reunidas Luís Anselmo da Fonseca, a primeira visita inspeccional de uma autoridade do Estado, datada de 9 de março de 1931, pelo então Inspetor de Ensino o Dr. José de Souza Dantas.

É sob esse prisma que depois de vencidos os obstáculos, na fala de Professora Alcira Silva “estava eu Professora! O Jornal “O Lidador” ainda circulava com todo o vigor de suas máquinas e no registro da jornalista frisava que “ toda semana saía o perfil de um professorando. O meu, feito pelo colega Floro Maia em novembro, dizia:

Eis a nossa colega Alcira, uma das que integra a turma de professorandos deste ano. Cirinha, como a chamamos na intimidade e cujos traços anátomo-psicológicos serão mencionados aqui em ligeiro bosquejo; é de físico franzino embora dotado de um grande espírito pela lei da compensação, morena pela ação do sol ardente deste sertão baiano, cabelos castanhos levemente jogados atrás da orelha em “ondulação permanente”, os seus olhos também castanhos e sonhadores deixam transparecer toda a candura de sua alma jovem e cheia de ideal. Como vimos, a nossa perfilada possui todas as qualidades para vencer na carreira escolhida: idealista, entusiasta, inteligente e possuidora de um belo caráter e imenso coração, estando mesmo talhada para ser a professora do futuro.

De acordo com as informações do Biógrafo Afonso Costa, que ouviu as narrativas da escritora já septuagenária Ana Autran que, ao escrever em Jornais baianos com espírito aguerrido e de agitadora, posicionou-se de forma republicana e abolicionista para defender a mulher na luta pelos direitos sociais. Em torno de ideias em que a mulher possuía capacidades intelectuais iguais às dos homens; que a razão, e não só a emoção, era atributo do seu sexo; e que o direito á educação deveria ser algo assegurado no meio em que vivia. Não via incompatibilidade alguma





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

entre o exercício da profissão e a dedicação aos estudos com o projeto da família. Vislumbrava, ao contrário, um resultado positivo para o lar doméstico. O seu testemunho não deixava dúvidas:

[...] e como negar-se á mulher o direito de ilustrar-se para cultivar igualmente a sua inteligência, e poder educar melhor a sua família? Se encararmo-la pelo lado da maternidade, quem melhor do que ele poderá ser mestra de seus filhos? [...]

Em vários de seus escritos, a autora portuguesa afirmava e reafirmava a liberdade de escolha feminina e o respeito as suas pretensões e capacidades, fazendo da denúncia a bandeira de sua luta;

Querereis saber por que a mulher vos parece menos inteligente do que o homem, e mais fraca ainda do que ele? É porque a sociedade condenou-a á ignorância e ao esquecimento. É por isso que não podendo Ella defender-se por outra forma, só encontre a defesa nas lagrimas [...].

Coracini (2007), afirma-nos sobre a essência, da estabilidade, da verdade e da identidade que carregam poder no espaço da escola, portanto é de grande valia enfatizar que as identidades são construídas e (dês)construídas e legitimadas a partir das relações sociais que são travadas na escola.

Nesse movimento do Processo de formação da identidade da professora normalista, vamos perceber que tais concepções são e estão marcadas pelo discurso da “ordem” e do “progresso” que foram instaurados nos Institutos de Educação que se propagaram por todas as escolas normais para “garantir” um certo padrão ou modelo de comportamento.

No que tange á lógica da formação indenitária há um alerta sobre a complexidade existente entre os aspectos teóricos metodológicos e as matizes políticas e epistemológicas de constituição do ser humano, de mundo e de sociedade.

Enfim, durante muito tempo, a profissão docente foi a única em que as mulheres puderam ser “apresentadas” enquanto ser e viver se na profissão pois ao saírem da esfera doméstica , passaram a ter maior liberdade e autonomia num mundo em que o homem era o ser dominante, conforme Almeida (1998 ,p. 23).

Finalmente, no dia 16 de Dezembro 1942, aconteceu a formatura da normalista Alcira Carvalho, em uma fase que ela denominou como maravilhosa, pois seus sonhos estavam sendo concretizados. Sendo assim, o Cenário Educacional da cidade de Jacobina começou a sofrer





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

mudanças positivas em Janeiro de 1944, período que marca o momento em que a professora Alcira Carvalho adentra no Instituto Senhor do Bonfim (novo nome do Colégio), Centro Educacional Deocleciano Barbosa de Castro sendo a mesma convidada para ocupar a “cadeira” de Psicologia e, ainda tinha outro desafio iria lecionar na primeira turma que era constituída de alunas, que foram suas contemporâneas, como: Irene Cardoso, Lolita Vieira, Nilza Cerqueira, Edi Oliveira... todas hoje professoras realizadas pelo trabalho e são e estão satisfeitas pela formação conquistada. Assim, temos em seu depoimento a seguinte indagação:

“Para mim foi uma empolgação e ao mesmo tempo, um “sufoco”, pois substitui um dos meus professores mais queridos, Dr. Agnaldo Caldas, na cadeira de Psicologia. Passei a lecionar também as cadeiras de Pedagogia, Metodologia e História da Educação para as quais me foi concedido, mais tarde, um Registro pelo Departamento de Educação do Estado (1º de setembro de 1947)”.

No ano de 1947, em abril, por solicitação do Instituto Senhor do Bonfim, foi organizada e funcionar o 1º Jardim da Infância de Jacobina, anexo ao referido Educandário. Foi instalado na Rua da Aurora onde funcionava o internato masculino do Instituto Senhor do Bonfim coordenado pelo Professor. Valdomiro Barbosa de Castro (o Professor Vavá), este filho do saudoso Professor Deocleciano Barbosa de Castro.

Foram alunos na época: Láusia e Ubirajara Carvalho Silva (estes enteados), Antonio e Eliana Mesquita, Durval e Verbena Mesquita Maia, Maria e Lícia Figueiredo, Nely Castro, Dailva Souza, Clélia Silva, Celso Brito, Maria Barberino Mendes, Hamilton Teixeira de Freitas e Amélia Nunes.

“Para que este curso funcionasse, tive que ir à Salvador onde fiz curso e estágio de observação no “Colégio Osvaldo Cruz” no bairro do Rio Vermelho”.

Torna-se importante mencionar que o grande idealizador das escolas normais no interior da Bahia, foi o baiano Anísio Spínola Teixeira em um dos seus discursos após chegar da Europa de forma bastante politizada em defender ideais de mulheres em “formação” para a vida.

É importante salientar que, na tentativa de fazer uso das palavras de Lozano (2006, p 17), “fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos científicos e, não simplesmente um relato ordenado da vida e da experiência dos outros”. Sendo assim, a nossa pretensão em registrar as narrativas de ex-normalistas como um “falar” autorizado de suas falas contemplando as





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

histórias de vida de maneira não linear, pois as circunstâncias e as situações em que ocorrem no dia a dia não são de forma linear.

Referências

AMIGUINHO, Abílio José Maroto. A escola, a modernidade e o mundo rural. In: **A escola e o futuro do mundo rural**. Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a Ciência e a Tecnologia, março de 2008.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A educação rural como processo civilizador. In: STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/Lei n. 9394/96. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.mec.org.br>. Acesso em: mar. 2011.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidades: novas ruralidades em construção. **Revista Estudos – Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, UFRRJ/DDAS/CPDA, nº 11, out. 1998.

DUARTE, José Carlos Silveira. Território de Identidade e multiterritorialidade, paradigma para formulação de uma nova regionalização da Bahia. Disponível em: www.cult.ufba.br/enecult, 2009. Acesso em 28 de junho de 2011.

JOSSO, Marie Christine. **Experiências de Vida e Formação**. São Paulo: Cortez, 2002.

KNIJNIK, Gelza et al. **A Educação em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: DP&A, 1996.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Dalva; SCHMITZ, Heribert. Pertinência da categoria rural para análise do social. **Revista Ciências Agrotécnicas**, Lavras-MG, v. 26, n. 2, p. 392-399, abr./mar., 2002.

NÓVOA, António. Formação de professor e profissão docente. In: NÓVOA, António. (Org.). **O professor e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, Valeska Fortes de. Implicar-se... Implicando com professores: Tentando produzir sentidos na investigação/formação. In: SOUZA, Elizeu Clementino de. **Autobiografias, histórias de vida e formação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

PASSEGGI, Maria Conceição. Memoriais auto-bio-gráficos: a arte profissional de tecer uma figura pública de si. In: PASSEGGI, Maria Conceição. BARBOSA, Mabel Nobre. (Orgs.). **Memórias, memoriais: pesquisa e formação docente**. Natal, RN: EDUFRRN, São Paulo: PAULUS, 2008. p. 27-42.

SANTOS, Fábio Josué Souza dos. Nem “tabaréu/oa”, nem “doutor/a”: o/a aluno/a da roça na escola da cidade: um estudo sobre identidade e escola. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2006. Orientação de Narcimária Correia Patrocínio Luz.

SOUZA Elizeu Clementino de. A vida com as histórias de vida: apontamentos sobre pesquisa e formação. In: EGGERT, Edla, et al (Org.) **Trajetórias e processos de ensinar e aprender: didática e formação de professores**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Relatório Técnico de Pesquisa – Projeto Ruralidades diversas-diversas ruralidades: sujeitos, instituições e práticas pedagógicas nas escolas do campo, Bahia-Brasil. Salvador, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos – Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-146, Rio de Janeiro, out. 2000.

